ISSN 1983-9979
prolíngua

APRESENTAÇÃO*

Hellen Cristina Picanço Simas[1]
Jeiviane Justiniano da Silva[2]
Regina Celi Mendes Pereira[3]

Chegamos a 2026 celebrando os dezoito anos da revista Prolíngua, com o Vol. 21, n. 1. Diante de uma data tão significativa, convém iniciarmos esta apresentação fazendo um agradecimento especial a todo(a)s pesquisadores, colaboradores, técnicos e pareceristas que atuam e têm atuado nesse esforço coletivo em prol da divulgação do conhecimento. Em cada leitura e análise, em cada gesto na edição dos artigos, no apoio dos suportes institucionais, conseguimos chegar até aqui, desejosos que essa "maioridade" seja duradoura.

A chegada à "maioridade" adquire um significado especial em meio aos desafios enfrentados por todo(a)s editore(a)s de periódicos defensores da ciência aberta e do acesso livre e gratuito ao conhecimento. Dentre os desafios comuns aos editores, destacamos aqueles enfrentados, em particular, aos que editam periódicos que não têm autonomia financeira e, por essa razão, demandam grande esforço colaborativo a cada proposição de chamada temática.

Quando é lançada uma chamada, então, cria-se toda uma expectativa em torno da efervescência criativa a ser gerada. A organização de um dossiê temático representa um convite à reflexão, ao diálogo, à verticalização das discussões em um determinado campo de conhecimento e de estudo sobre um objeto de investigação específico. Assim, os dossiês provocam uma instigante curiosidade nos pesquisadores da área e, neste caso por se tratar de uma temática que, embora já tenha sido explorada, nos últimos dez anos, ainda tem grande demanda e acrescenta um componente especial e inédito: resumos escritos em língua indígena, especificamente na língua Nheengatu.

A revista Prolíngua, ao incorporar resumos em língua Nheengatu e em Tupi, busca colocar em prática ações voltadas ao fortalecimento, à valorização e à visibilidade das línguas indígenas no contexto acadêmico. Essa iniciativa representa um posicionamento político e linguístico que reconhece a importância de ampliar os espaços de circulação das línguas originárias, especialmente em ambientes historicamente marcados pela predominância do português. As organizadoras compreendem que ações dessa natureza são fundamentais para que essas línguas ocupem novos espaços de produção e disseminação do conhecimento, contribuindo para sua valorização e para o reconhecimento de seus falantes como sujeitos de conhecimento.

A trajetória histórica do Nheengatu evidencia os processos de contato linguístico, imposição cultural e resistência que marcaram a formação sociolinguística brasileira. Originário do Tupinambá, o Nheengatu, também conhecido como Língua Geral Amazônica, teve papel significativo na comunicação entre diferentes povos indígenas, colonizadores e missionários durante o período colonial. A partir do século XVI, sua circulação foi ampliada por meio das práticas de catequização promovidas pelos missionários jesuítas, que utilizaram as línguas

* DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2026v21n1.82554
[1] Organizadora do dossiê. Docente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, india.parintintins@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9637-6587
[2] Organizadora do dossiê. Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Contato: jjustiniano@uea.edu.br / Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9708-1158
[3] Editora da Revista Prolíngua. Professora Titular da UFPB reginacmps@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5538-035X.

indígenas e as línguas gerais como instrumentos de evangelização. Nesse contexto, as missões religiosas também se constituíram em espaços de ensino e de disseminação linguística.

Entretanto, a história do Nheengatu também é marcada por políticas de repressão linguística. No século XVIII, as reformas implementadas pelo Marquês de Pombal, especialmente por meio do Diretório dos Índios, instituído em 1757 e estendido ao Estado do Brasil em 1758, promoveram a imposição da língua portuguesa e restringiram o uso das línguas indígenas e das línguas gerais nos espaços públicos e institucionais. Essas medidas integraram um projeto colonial de homogeneização linguística e cultural, cujos efeitos contribuíram para a marginalização das línguas originárias (Freire, 2011).

Diante desse percurso histórico, a iniciativa da revista Prolíngua adquire particular relevância, pois se contrapõe à lógica de invisibilização linguística que historicamente marcou a produção e a circulação do conhecimento no Brasil. A inclusão de resumos em Nheengatu e Tupi não deve ser compreendida apenas como uma ação de tradução, mas como uma prática de valorização da diversidade linguística e de reconhecimento das línguas indígenas como instrumentos legítimos de produção, expressão e compartilhamento de saberes. Trata-se, portanto, de ampliar as possibilidades de uso dessas línguas em espaços acadêmicos, científicos e institucionais, contribuindo para a construção de uma política linguística comprometida com o plurilinguismo e com a valorização dos conhecimentos dos povos indígenas.

Assim, o volume 21, N. 1 da Revista Prolíngua celebra os 18 anos da revista, publicando 12 artigos inéditos sobre a temática **Línguas Indígenas: Políticas linguísticas, Contato linguístico, Multilinguismo e Revitalização linguística** que abordam, de forma crítica e interdisciplinar, questões relacionadas às línguas indígenas do Brasil, com ênfase em quatro eixos principais: *política linguística, contato linguístico, multilinguismo e revitalização linguística*. O objetivo é fomentar o debate acadêmico e ampliar a circulação de pesquisas que contribuam para a compreensão dos contextos sociolinguísticos, das dinâmicas de uso e das estratégias de fortalecimento dessas línguas, do português indígena (BRASLIND) e de políticas linguísticas em prol das línguas indígenas brasileiras.

Abre o dossiê o artigo **EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO DA LÍNGUA NHEENGATU DO POVO BARÉ**. Nele, Hellen Cristina Picanço Simas (UFPB) apresenta as propostas de planejamento linguístico para implementação da política linguística de revitalização da língua nheengatu do povo Baré de Santa Isabel do rio Negro, Amazonas, Brasil. A partir das discussões propostas em O Simas, Silva e Pereira (2022); Monteagudo (2011) e Cruz (2011), apresenta um histórico de surgimento e expansão da língua nheengatu. Os resultados da pesquisa bibliográfica e com abordagem qualitativa apontam que as propostas de revitalização do nheengatu, considerando o contexto linguístico atual do povo Baré devem ser as seguintes: i) a inserção obrigatória do ensino-aprendizagem do Nheengatu nas escolas indígenas; ii) a institucionalização da língua nativa no currículo de Linguagens por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs); iii) a conscientização comunitária para desconstruir os traumas da colonização linguística, incentivando a transmissão intergeracional; iv) a formação de professores Baré, contemplando tanto a fluência quanto o conhecimento metalinguístico (fonética, morfologia e sintaxe) e v) a produção de materiais didáticos contextualizados que reflitam a realidade e a cosmologia do povo Baré.

No segundo artigo, intitulado **O PROTAGONISMO FEMININO INDÍGENA PARA A VALORIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO MULTILINGUISMO: UM ESTUDO DE CASO NO ALTO RIO NEGRO**, Jeiviane Justiniano da Silva (UEA) apresenta um estudo de caso com mulheres indígenas da Região do Alto Rio Negro, localizada no Noroeste Amazônico. Para isso, descreve as relações entre língua, cultura e gênero a partir da perspectiva feminina indígena (Lasmar, 2005) e destaca uma ação do movimento indígena, protagonizada por

lideranças femininas, que é o XI Encontro de Mulheres Indígenas do Rio Negro, realizado no ano de 2018, com o objetivo de mostrar um ativismo linguístico cujo efeito não somente demarca uma diferença entre os gêneros como também aciona um dispositivo sociocultural que contribui para a valorização das línguas indígenas e para a manutenção do multilinguismo da região. Em termos metodológicos, a pesquisa se fundamenta na observação participante (Cardoso de Oliveira, 2006) e no registro de alguns relatos da trajetória de vida (Kofes, 2018) de três mulheres indígenas que são interlocutoras da pesquisa, com foco no uso das línguas ameríndias. Os resultados sinalizam para um intenso uso das línguas nativas na política de gênero articulada pelas mulheres indígenas, como uma fronteira linguística diferente do movimento dos homens que tendem a usar mais o português quando estão em ações políticas. Com este trabalho, a autora espera contribuir para a visibilidade do protagonismo das mulheres indígenas para a manutenção do multilinguismo em uma região de grande diversidade linguística e cultural.

No terceiro artigo, intitulado **LEVANTE LINGUÍSTICO INDÍGENA NO BRASIL: UM MOVIMENTO EM PROL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS,** Sâmela Ramos da Silva Meirelles (UNICAMP), Leandro Durazzo (UFRN), Altaci Corrêa Rubim (UNB) e Anari Braz Bonfim (UFRJ) discutem o Levante Linguístico Indígena no Brasil, as políticas linguísticas voltadas à promoção das línguas indígenas e os desafios para sua implementação. O *corpus* da pesquisa é constituído por documentos produzidos pelo Grupo de Trabalho Nacional — Década Internacional das Línguas Indígenas. As análises fundamentam-se em epistemologias indígenas desenvolvidas por intelectuais indígenas. Os resultados indicam que o Levante Linguístico Indígena assume um compromisso ético e político com as línguas indígenas, ao mesmo tempo que propõe reflexões sobre língua, cosmopolítica indígena e políticas linguísticas.

No quarto artigo, intitulado **POLÍTICA LINGUÍSTICA DE RECUPERAÇÃO DA LÍNGUA JURUNA: PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO**, Awara Juruna (SEDUC-Vitória do Xingu) e Nelivaldo Cardoso Santana (UFPA) destacam a agência das populações indígenas brasileiras no processo de formulação e implementação de políticas de aquisição de suas línguas ancestrais, seja como primeira ou segunda língua, no contexto da Educação Escolar Indígena (EEL), tratando, de forma específica, das políticas de recuperação da língua do Povo Juruna, na Área Indígena "Boa Vista", na Volta Grande do Xingu, no município de Vitória do Xingu, no estado do Pará. Com abordagem teórico-metodológica centrada na Política Linguística, com ênfase na perspectiva interpretativa de práticas didático-pedagógicas da autora, a pesquisa se constitui participante, pois os dados resultam da vivência da autora na escola da comunidade. Os resultados indicam que os juruna-estudantes, inicialmente, não realizavam qualquer palavra na língua originária, mas, a partir das atividades de recuperação linguística realizadas na escola, notou-se autonomia na organização de eventos de fala; interesse em aprender o grafismo corporal ao mesmo tempo em que também foram aprendendo a língua do povo. Os autores destacam ainda que houve maior interesse da comunidade em participar de intercâmbio cultural-linguístico com os Yudjá, no Território Indígena do Xingu.

No quinto artigo intitulado **O PORTUGUÊS TERENA: ANÁLISE DE INTERFERÊNCIAS FONOLÓGICAS DA LÍNGUA MATERNA NO PORTUGUÊS**, Rogério Vicente Ferreira (UFMT) e Caroline Pereira de Oliveira (UFMT) analisam o cenário sociolinguístico brasileiro marcado pelo contato entre línguas indígenas e a língua portuguesa, com foco na comunidade Terena da Reserva de Bananal, no Mato Grosso do Sul. O objetivo central da pesquisa foi analisar as interferências fonológicas da língua Terena no português falado pelos membros dessa comunidade, compreendendo-o como uma variedade de contato consolidada. A fundamentação teórica tomou como base a Sociolinguística Variacionista de Labov e as teorias de diglossia e bilinguismo de Ferguson e Fishman, além do conceito de

"Português Indígena" proposto por Oliveira. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e etnográfica, utilizando entrevistas semiestruturadas com falantes de três faixas etárias distintas e observação participante para a coleta de dados. Os resultados revelam a ocorrência sistemática de metaplasmos, categorizados como subtração (apócope e síncope), adição, transposição e transformação. Observou-se que a estrutura silábica da língua Terena (L1), caracterizada pela predominância de sílabas abertas, atua como um filtro fonológico sobre o português (L2), motivando a simplificação de encontros consonantais e a supressão de fonemas finais. De acordo com os autores, fenômenos como a pré-nasalização e a transposição de acento tônico confirmam que o Português Terena é uma variedade linguística legítima e estruturada, que reflete a identidade e a resistência cultural da comunidade em um contexto de bilinguismo resiliente.

O sexto artigo, intitulado **O PORTUGUÊS POTIGUARA REVERBERADO A PARTIR DAS VOZES DO MANGUE**, Ivanilza Cinesio Gomes (UFPB) e Carolina Coelho Aragon (UFPB) analisam a relação entre a identidade linguística do povo Potiguara da Paraíba e o mangue. A discussão fundamenta-se nos estudos sobre o português indígena e, particularmente, sobre o português Potiguara, com base nas contribuições de Gumperz e Cook-Gumperz (1982), Maher (1996, 1998) e Gorete Neto (2005, 2021, 2022). Metodologicamente, a pesquisa envolveu trabalho de campo, com entrevistas realizadas com indígenas Potiguara que trabalham no mangue. Os itens lexicais registrados nas entrevistas foram comparados com aqueles identificados em dissertações, artigos científicos e dicionários de língua portuguesa e de Tupi. Os resultados indicaram que, dos 81 itens lexicais registrados com os colaboradores da pesquisa, 16% foram encontrados em dicionários de Tupi e 18% em dicionários de língua portuguesa. Além disso, 58% dos itens lexicais não foram identificados em nenhum dos materiais consultados. Esses resultados evidenciam a singularidade e a especificidade do vocabulário Potiguara relacionado ao mangue, destacando sua relevância para a compreensão das relações entre língua, identidade e práticas culturais desse povo.

O sétimo artigo, intitulado **A INFLUÊNCIA DE ASPECTOS DA MORFOLOGIA TIKUNA NA VARIEDADE DE PORTUGUÊS INDÍGENA FALADA COMO SEGUNDA LÍNGUA**, Ligiane Bonifácio (UFAM), investiga a influência da estrutura da língua Tikuna sobre a variedade de português falada por professores indígenas residentes em comunidades do município de São Paulo de Olivença, no Alto Solimões (AM). Partindo da perspectiva dos estudos sobre contato linguístico e aquisição de segunda língua, foi analisado um conjunto de fenômenos morfossintáticos identificados em dados de fala de vinte e três professores Tikuna, buscando compreender em que medida tais ocorrências decorrem da transferência de padrões estruturais da língua materna, de estratégias universais de aquisição de L2 ou da incorporação de condicionamentos já presentes em variedades do português brasileiro. Os resultados evidenciam que grande parte das variações observadas pode ser explicada pela influência da gramática tikuna, especialmente no que se refere à organização morfossintática, embora também se verifiquem processos comuns ao desenvolvimento de segundas línguas e padrões compartilhados com variedades populares do português. A autora destaca que, ao descrever e analisar essas características, o estudo contribui para a compreensão do português indígena amazônico e oferece subsídios para reflexões sobre políticas linguísticas e práticas de ensino de português como segunda língua em contextos indígenas.

No oitavo artigo, intitulado **A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA SATERÉ-MAWÉ EM CONTEXTO URBANO**, Raynice Geraldine Pereira da Silva (UFAM), Keila Ferreira Baraúna (IEL/Unicamp) e Miller Miquiles (IEL/Unicamp) analisam a experiência de estudantes Sateré-Mawé residentes no município de Barreirinha-AM. O estudo tem como objetivo compreender como as escolas urbanas se organizam diante da presença indígena, bem

como identificar os desafios enfrentados pelos estudantes e suas famílias no processo de escolarização nesse contexto. A fundamentação teórica mobiliza autores que discutem educação indígena, educação escolar indígena, políticas linguísticas e presença indígena em contextos urbanos, entre os quais Melià (1979), Luciano (2006), D'Angelis (2005, 2019), Moura (2013), Albuquerque (2011), Teixeira (2005, 2011), Silva (2010), Maher (2007) e Guimarães (2002). A pesquisa, de abordagem etnográfica, baseou-se em dados produzidos por meio de observações e entrevistas com estudantes indígenas Sateré-Mawé, seus familiares e profissionais da educação. Os resultados apontam que os estudantes Sateré-Mawé residentes em contexto urbano realizam sua escolarização exclusivamente em instituições cujo currículo apresenta características homogêneas, centradas na língua portuguesa e pouco sensíveis às especificidades linguísticas e culturais indígenas. Além disso, as escolas urbanas não contemplam suficientemente os saberes e as línguas indígenas, tampouco asseguram espaços para o uso e o ensino da língua Sateré-Mawé. Embora algumas instituições ofereçam apoio pedagógico bilíngue pontual, tais iniciativas mostram-se insuficientes para garantir a presença efetiva da língua indígena no contexto escolar. Nesse sentido, os resultados evidenciam os desafios enfrentados pelos estudantes Sateré-Mawé para a manutenção e a valorização de sua língua e cultura no processo de escolarização urbana.

No nono artigo, intitulado **TRADUÇÕES DA LÍNGUA MEBÊNGÔKRE XIKRIN: EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR NA UFPA-CAMPUS DE ALTAMIRA**, Bep Kretoj Xikrin (UFPA) e Vilma Aparecida de Pinho (UFPA) apresentam uma pesquisa narrativa (auto)biográfica, com análise das experiências de estudantes indígenas no Ensino Superior (UFPA - Campus de Altamira), que foram traduzidas para a língua Mebêngôkre Xikrin. Os objetivos foram o de compreender o acesso, a permanência, o preconceito, a identidade cultural e a valorização dos saberes tradicionais dos estudantes indígenas, assim como o de traduzir todos esses dados para a língua Xikrin. Bep Kretoj Xikrin, estudante do curso de Pedagogia, realizou as entrevistas com seus parentes na universidade e fez a tradução desses dados para a língua de seu povo. No artigo, são apresentadas as narrativas de quatro estudantes: Simeone Xipaia, da etnia Xipaia, estudante do curso de Engenharia Florestal; Aldemir Wai Wai, do povo Wai Wai do estado de Roraima, estudante de Engenharia Agronômica; Bep Kretoj Xikrin, da etnia Xikrin, estudante do curso de Pedagogia; Janílson Sateré-Mawé, da etnia Sateré-Mawé, do estado do Amazonas, estudante do curso de medicina. Todos os sujeitos culturais, colaboradores da pesquisa, são estudantes da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira. Os autores destacam que pesquisas realizadas pelos próprios estudantes indígenas criam dispositivos de identidades e continuidades de suas línguas e culturas na sociedade brasileira.

No décimo artigo, intitulado **LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS EMERGENTE: A COMUNIDADE SURDA GUARANI-MBYÁ DA ALDEIA SAPUKAI**, Ângela Baalbaki (UERJ), Luciane Silveira (INES), Joice Bianca Pinto (UERJ), Daniel Sobral (UERJ), Julliana da Cunha (UERJ), Ana Beatriz Arruda (UERJ), Juliana Chagas (UERJ), Gustavo Ribeiro (UERJ), Ana Paula Tostis (UERJ) e Milena Pinho (UERJ) abordam a diversidade linguística, com foco em contextos socioculturais específicos, como os das comunidades indígenas e surdas. A pesquisa mostra que, embora a Língua Brasileira de Sinais (Libras) seja reconhecida legalmente no Brasil como meio de comunicação e expressão, ainda se observa a existência de outras práticas linguísticas ainda pouco descritas, sobretudo aquelas que emergem em comunidades indígenas. O objetivo do trabalho foi apresentar um relato de uma pesquisa de campo, de base etnográfica, realizada na Aldeia Sapukai, pertencente à etnia Guarani Mbya. A ação teve como foco o levantamento e a catalogação de sinais produzidos por indígenas surdos e ouvintes da comunidade. A relevância da pesquisa reside na ampliação do conhecimento sobre

línguas de sinais em contextos indígenas, contribuindo para a valorização das práticas comunicativas próprias dessas comunidades. Com o resultado, tem-se a identificação e a documentação de sinais emergentes. Os autores destacam que a descrição da experiência de campo e dos exemplos de sinais coletados contribui para a sistematização dessas práticas linguísticas ainda invisibilizadas.

No décimo primeiro artigo, intitulado **ENTRE GÍRIAS, NEOLOGISMOS E MULTILINGUISMO: A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA JUVENIL EM CONTEXTOS COMUNITÁRIOS E ESCOLARES NO ENSINO DE LÍNGUA** PORTUGUESA, Eunice de Lima Garcia (UFAM), Suziane Cardoso da Silva Garcia (UEAM) e Heloisa da Silva Borges (UFAM) analisam a relação entre sociedade, cultura, multilinguismo e variação linguística, enfatizando conceitos como dialeto, léxico, vocabulário e práticas multilíngues, com foco no universo juvenil em quatro escolas públicas do município de Itacoatiara/AM. Partindo do pressuposto de que a língua é uma construção social e cultural em constante transformação, e que os contextos escolares e comunitários são ambientes multilíngues, a pesquisa buscou compreender como os estudantes do ensino fundamental utilizam a linguagem em seu cotidiano, incluindo o uso de múltiplas línguas, e como esse repertório pode ser incorporado às práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa. Para isso, a investigação foi realizada em quatro escolas públicas do município, por meio de observação participante, entrevistas e registro de palavras, expressões e práticas multilíngues utilizadas pelos alunos. Os resultados indicam que o léxico juvenil é dinâmico, marcado por gírias, neologismos, expressões regionais e práticas multilíngues, incluindo o uso de línguas indígenas e variações do português influenciadas pela cultura regional e pela esfera digital. Segundo os autores, esses usos linguísticos refletem identidades, pertencimentos e modos de interação próprios da juventude em ambientes multilíngues, evidenciando que a língua não é estática, mas viva e em constante recriação. Além disso, mostram também que o reconhecimento dessa diversidade e das práticas multilíngues em sala de aula favorece processos de ensino-aprendizagem mais significativos e inclusivos, aproximando o conhecimento escolar do cotidiano dos estudantes. Os autores concluem que incorporar o estudo do léxico juvenil e do multilinguismo como recurso pedagógico é essencial para o fortalecimento da prática docente e para a construção de uma educação linguística inclusiva, crítica e intercultural.

Encerrando o dossiê, no décimo segundo artigo, **A CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL NA LÍNGUA FALADA DO QUILOMBO ÁGUAS CLARAS/PE**, Fátima Eliana de Carvalho Barbosa (UFRPE), Dorothy Bezerra Silva de Brito (UFRPE) e Renata Lívia de Araújo Santos (UFRPE) investigam a variação da Concordância Verbal de Primeira Pessoa do Plural (P4) na língua falada do Quilombo Águas Claras, localizado no município de Triunfo/PE, à luz dos pressupostos teóricos-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weireich, Labov, Herzog, [1968] 2006) e Labov ([1972] 2008). Esse estudo teve como objetivo verificar a influência de variáveis linguísticas e extralinguísticas na aplicação ou não da regra da concordância com os pronomes *nós* e *a gente* na língua falada do Quilombo Águas Claras. Para tanto, foram realizadas entrevistas sociolinguísticas com 24 colaboradores da comunidade, selecionados de forma aleatória, estratificada de acordo com as variáveis extralinguísticas elegidas, isto é, o sexo e a faixa etária. As etapas metodológicas percorridas neste trabalho foram as seguintes: seleção das variáveis linguísticas e extralinguísticas, constituição do *corpus*, coleta, transcrição e codificação dos dados relativos aos fenômenos estudados, rodadas no programa GoldVarb X e análise dos resultados. Os resultados evidenciaram que há variação da concordância verbal diante do uso do sujeito *nós* na comunidade de fala investigada, apontando um desfavorecimento da aplicação da regra de concordância verbal padrão, com 75,6%. Em oposição, os dados mostram apenas

24,6% de aplicação de concordância verbal padrão. Das variáveis linguísticas e extralinguísticas analisadas, as variáveis linguísticas paralelismo linguístico e tipo de verbo e as variáveis extralinguísticas sexo e faixa etária foram apontadas pelo programa GoldVarb X como significativas. De acordo com os autores, em relação à CV diante do sujeito *a gente*, a pesquisa evidenciou a aplicação da regra padrão em 100% dos dados, configurando-se como uma regra categórica no Quilombo Águas Claras, sendo excluída das rodadas essa variante.

Todas essas pesquisas revelam os agenciamentos, protagonizados pelos movimentos sociais e pela academia, para o fortalecimento da diversidade sociolinguística indígena no Brasil. Não se trata somente de fazer pesquisa e indicar resultados, mas de construir coletivamente processos de investigação, de resistência e micropolíticas que mostrem as especificidades linguísticas e sociais das populações tradicionais. As línguas, como símbolos de culturas, são marcas de pertencimento étnico e reflexos das sociedades e, por isso, precisam ser valorizadas, visibilizadas, principalmente, em contextos de lutas que buscam a manutenção das línguas de origem. Este dossiê é mais uma contribuição para a visibilidade desses agenciamentos, faz parte das comemorações da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) e contamos com a interação efetiva dos pesquisadore(a)s interessado(a)s no tema na promoção de novos diálogos.

Referência

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.